

# REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil  
Rotas de Culturas  
Volume I



COIMBRA 1999  
FACULDADE de LETRAS  
da UNIVERSIDADE de COIMBRA  
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

## **Esclavagismo na Amazonia: perspectivas episcopais**

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS  
Universidade do Porto

Em certo coloquio, tencionava explicar a forma como as gentes da Amazonia foram sujeitas à crítica irónica de um seu bispo, monge regalista, leitor de Voltaire e amigo de Pombal, cuja mordacidade acabou por o perder face ao ministro, originando a sua destituição, desterro e morte num longínquo convento de Entre Douro e Minho.

Durante a sua estadia no Pará (1760-1763), esse prelado, D. Fr. João de S. José Queirós (1711-1764), oriundo da fidalguia de Matosinhos, realizou visitas pastorais, pronunciou-se sobre a terra e os habitantes de várias raças, opinou sobre a escravatura e o papel que lhe podia caber nessa zona do globo. Aparentemente leves e passageiras, tais observações encerram uma perspectiva coerente, próxima das perfilhadas por corifeus do pensamento ilustrado.

Anos volvidos, na mesma sede episcopal, entre 1783 e 1789, trabalhou activamente aquele que foi, talvez, o mais famoso bispo missionário português de todos os tempos, Dr. Fr. Caetano Brandão (1740-1805). O antistite transformou as suas quatro incursões pastorais na diocese do Pará em autênticas campanhas apostólicas ao longo de dezenas e dezenas de povoações e lugares, dispersos pela rede hidrográfica do Amazonas. Melhor que o seu antecessor pombalino, Fr. Caetano elaborou diários sobre todos os seus passos<sup>1</sup>. Em escrita grave, concisa e clara, neles avultam informações a respeito da sua labuta episcopal e bem assim sobre toda a espécie de assuntos profanos, desde a geografia, a demografia e a economia, à sociedade, a antropologia, etc. Entre as questões mais vivamente afloradas sobressaem as referentes ao ser humano, à sua existência quotidiana, aos conflitos e agruras que ali o afligem. Também marcados pelo rigorismo jansenista e pelo naturalismo franciscano, marchetam os diários impressivas considerações de natureza espiritual, predominantes nas sete reflexões que formam a respectiva conclusão, em cuja base está a experiência, amiúde pungente, da acção missionária, pontos a que aludi em trabalho já publicado<sup>1 2</sup>.

De imediato, interessam as perspectivas que, nos textos dos dois prelados, eles desenvolvem acerca dos escravos. Os pontos de vista de D. Fr. Caetano Brandão são as de um plebeu cuja família atinge a pequena nobreza e cuja formação indicia um genuíno apóstolo franciscano, avesso aos esplendores do mundo e todo ele virado para os humildes, tanto como para a efectiva evangelização dos paraenses, cuja robustez material, esperava ele, assentaria no fomento da agricultura.

Caetano Brandão vê nos escravos membros do povo de Deus e trabalhadores indispensáveis para desenvolver as lavouras amazónicas,

<sup>1</sup> Brandão, D. Fr. Caetano, *Diários das Visitas Pastorais no Pará de...* Com “Introdução” de Luís A. de Oliveira Ramos. Porto, 1991.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

por serem indivíduos dotados de qualidade adequadas e miseravelmente tratados pelos colonos brancos, não obstante o preço alto a que eram vendidos os poucos que apareciam no mercado.

Justamente por os considerar elementos do seu rebanho episcopal, em Espírito Santo, no rio Mojú<sup>3</sup>, onde moravam brancos, pretos e índios, prega um sermão em que procura “firmar os justos nos seus bons propósitos e mover os pecadores à penitência das culpas”, tamanha era a “insensibilidade” e o “desmazelo” dos moradores em matéria religiosa e de respeitos humanos. Deveras, não sabe como convertê-los, como chamá-los à fé de Cristo, nem tão pouco como melhorar o seu procedimento relativamente aos escravos, salvo por intervenção divina. Os brancos, além de julgarem os africanos autênticas máquinas de trabalho, esqueciam a sua condição de pessoas e sujeitavam-nos aos piores tratos, razão pela qual o bispo considera os cativos autênticos “miseráveis”. Escreve: “Senhores há que fazem tanto caso deles como se fossem cães. Como trabalham é o que importa. Da sua salvação nada cuidam absolutamente. Conservam-nos às vezes toda a vida sem baptismo e, se são baptizados, sem confissão, por descuido de lhe ensinarem a doutrina”. Aliás, chegavam à morte em condições inimagináveis. “Sei de alguns, continua o prelado, que nem uma missa mandam dizer pelo pobre escravo, que talvez consumiu todas as suas forças em os enriquecer”<sup>4</sup>.

Mas havia pior! Usavam castigos bárbaros, a ponto de custar compreender a existência “na humanidade de monstros de crueza que tal chegam a praticar”. Para cúmulo, tais sevícias ocorriam por “temporalidades insignificantes”. Os efeitos visíveis lancinavam quem os observava. Havia escravos aleijados de mãos e pés, outros com as

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

“costas e lugares inferiores feitas em retalhos”. Demais, se uma escrava “aparece com o ventre crescido se estima”<sup>5</sup>.

Caetano Brandão entendia tais barbaridades e tal tolerância como falta já de temor a Deus, já, bem entendido, de amor ao próximo. Para mais estas incríveis práticas contrastavam com o cenário fluvial envolvente, “mui vistoso por causa das amiudades fazendas e belíssimas propriedades” aí existentes, não faltando sequer sete ou oito capelas particulares<sup>6</sup>.

Mas se a situação no Mojú era então negativa, já no tempo de Fr. João Queirós, este bispo ouvira falar de um branco “semi-bárbaro”, que “matava escravos com açoutes”, sem excluir de flagelos os próprios familiares. Para o efeito, usava um “nervo de boi”, “costume dos tiranos de Roma no gentilismo antigo, semelhante ao do Pará menos em polido”, acrescenta, não se coibindo da ironia, a meu ver deslocada<sup>7</sup>.

Todavia, o bispo Brandão, tal como D. Fr. João, encontrou, entre os donos de grossas fazendas e numerosa escravatura, pessoas atentas à pobreza e capazes de utilizar os escravos para a minimizarem. Daí, o primeiro não criticar o dono de certo engenho de açúcar, com dezenas de escravos, em cujas terras reinava a prosperidade<sup>8</sup>. E descobriu, em Vigia, uma matrona, filha de um mestre de campo, muito atreita à caridade, a ponto dos seus escravos terem ordem para preferirem a ajuda aos pobres e aos doentes a qualquer outra obrigação, assim lhes ensinando a estima pelo semelhante<sup>9</sup>.

Por seu turno, em casa do mestre de campo Pedro Furtado, senhor de “casas grandes”, com “mostras de antiguidade”, prezava-se a dignidade

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>7</sup> Branco, Camilo Castelo, *Memórias de D. Fr. João de S. Joseph Queiroz. Com uma extensa introdução e notas ilustrativas de...* Porto, p. 176.

<sup>8</sup> Brandão, *ob. cit.*, p. 106.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 75.

humana, venerava-se a Deus, seguia-se a moral cristã. A sua residência configurara uma espécie de hospital dos enfermos da região, dos quais seu falecido pai outrora cuidava. Nessa família, de “muita honra e probidade”, assegurava-se a “instrução dos escravos”<sup>10 11</sup>.

Por isso mesmo, terras houve onde o prelado encontrou escravos que pôde confessar e crismar. Assim o fez no tribunal da Penitência, próximo de Macapá, “dispondo-os primeiro do modo possível”. A observação, como está redigida, deixa supor algumas dificuldades experimentadas pelo antistite no trato espiritual com esses serventuários do cirurgião-mór Julião Alves<sup>11</sup>.

No troço fluvial da ilha de Marajó, chamado Igarapé Grande, também procedeu, na capela de S. Lourenço, ao crisma de uma parte dos escravos de uma das grandes fazendas, de saboroso gado vacum, pertença dos padres das Mercês. Como só deu aquele sacramento a “parte dos escravos”, pode duvidar-se se os restantes estavam em condições de o receber. Contudo, o bispo afirma que dirigia a propriedade um “religioso muito honrado e de grande probidade”<sup>10 11 12</sup>.

Em várias ocasiões, nomeadamente em Gurupá, Albaisté e outras terras, D. Fr. Caetano articula a escravidão e a agricultura<sup>13</sup> e sublinha o alto preço dos africanos. Diz assim, em linguagem colonial: só fica “um recurso aos lavradores, que são os escravos; mas sendo caríssimos (de sorte que só quem tem duzentos mil réis, ou pouco menos, há-de ter um, e ainda assim com suma dificuldade, pela falta de quem os conduza a este porto), vêem-se os hábeis lavradores só com os desejos de cultivar a terra; e o Estado, o Reino, e a Europa toda, privados das mais ricas, e excelentes produções da natureza”<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 38, 61, etc.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 68.

A propósito da agricultura, na vila de Albaisté, esclarece: “o terreno é um dos mais férteis do Estado; produz cacau, café, arroz, maniba, etc., tudo em muita abundância; actualmente não se acha ali lavrador de mais grosso cabedal por falta de escravos, que rocem; mas como todos trabalham, e a terra lhes paga o seu suor abundantemente, creio que, em 10 ou 12 anos, virá a ser o negocio desta vila muito avultado; e mais seria, e em menos tempo, se a Soberana desse providência para se repartir pelos lavradores um certo número de escravos ou índios”<sup>15</sup>.

Em visita a fazendas de religiosos, o bispo passa normalmente entre filas de numerosos escravos, símbolos claros de riqueza em recursos humanos e, conseqüentemente, de larga produção de gado. Aliás, também numa fazenda do seminário episcopal do Pará, próxima de Cametá, morava uma trintena de escravos, “a maior parte crianças, incapazes para o trabalho”, sublinha o prelado, denunciando as suas opiniões escravistas<sup>16</sup>.

Sem embargo, durante as cerimónias religiosas, vêm-lhe as lágrimas aos olhos quando cantam escravos por causa do teor das melodias e do enlevo que sente. Com efeito, se durante os louvores divinos “gostou muito de ouvir duas pretinhas, que faziam uma admirável consonância de primeira e segunda voz”, mais impressionado ficou, logo depois, num Te Deum, onde “os escravos e as escravas cantaram o *Bendito Sejais*, e outras modas, com tanta graça e doçura, que não pude suster as lágrimas”, diz<sup>17</sup>. Em diversa ocasião, as emoções fortes voltam a dominar a sua alma de pastor. Conta: “estando de manhã dando graças depois da missa, cantaram os escravos o *Bendito Sejais* com tanta unção e doçura que me enterneceram a alma e sempre experimentei este efeito todas as vezes que os ouvi, em dois dias que ali me demorei”<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 85-86 e 92.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 85 e 86.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 87.

D. Fr. João Queirós, invocando o exemplo da França na Martinica, e o da Inglaterra na Virgínia, propõe o seguinte: à custa do rei deviam utilizar-se negros para fazerem roças, queimando arvoredos e matas, capazes não só de purificarem “os miasmas nocivos” que por lá abundavam, mas também para deixarem as terras produzir copiosamente, facto que compensaria a Coroa dos gastos com a aquisição, transporte e utilização dos negros<sup>19</sup>.

Em Portugal o que é que se fazia? O bispo di-lo com clareza ácida, mesmo sabendo que viola a lisonja cortesã. Aqui gasta-se “mais do que (se) tem no supérfluo, por isso, falta o necessário”, conforme aconteceu durante o reinado de D. João V. Se assim não fora, “podia seu filho, o Senhor D. José, ter com que comprasse negros cativos em justa guerra, com as condições mais benignas da escravidão” e receber por este modo crescentes réditos<sup>20</sup>.

Quer dizer o bispo Queirós admitia o cativo de africanos vencidos em guerra justa, pensava que a sua ulterior condição de escravos devia ocorrer “em condições mais benignas”, assegurava que do seu trabalho resultariam acrescidos proventos para o monarca.

Voltando ao assunto, noutra ensejo, vinca o seguinte: “os gastos de superfluidades, sendo evitados, poderão ser origem de que sobeje com que se mandem transplantar de África para América colonos bastantes a ajudar os novos povoados; daqui resultará ficarem bem pagos os negros, sem se venderem, como a mim a 115\$00 réis, e haver dinheiro para outras coisas... boas naus, milícia bem paga, boas esmolos a pobres e inválidos, fábricas reais, e na paz fazer reserva e tesouro para a guerra futura ou possível”<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Cit. *Memorias...*, p. 183.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 187.

Nesta observação, eivada de crítica à realeza (que na opinião de Camilo Castelo Branco o perdeu em Lisboa, com a consequente destituição do sólio episcopal paraense), parece descobrir-se a aceitação pelo prelado do trânsito forçado dos escravos do continente africano para o Brasil, onde eram caros, mas também a ideia de os ver transformados em operosos colonos, cujo trabalho garantiria a sua rendibilidade, beneficiando a Coroa da riqueza proveniente do fomento assim conseguido, outrossim livrando os particulares da sua aquisição onerosa<sup>22</sup>.

As posições assumidas pelos dois prelados, um pombalino, outro mariano, um beneditino, outro franciscano, não colidem deveras com os pontos de vista de nomes grados da cultura europeia ilustrada. Montesquieu justificava o escravagismo em determinadas situações, atribuía-lhes valia económica e evocava a teoria dos climas. E o escravismo dos negros justificava-o inclusivé através da cor do corpo. A inferioridade dos negros, no quadro da ausência de igualdade dos diversos núcleos da humanidade, admitia-a Voltaire, inimigo dos maltratados, como Montesquieu o era da escravidão em geral, em nome do direito natural e civil. Por seu turno, o abade Grégoire, se bem que repudiasse a escravatura, nela via um meio próprio do fomento colonial, ideia que encontramos na *Encyclopédie*, tanto mais que pensa-se, a existência dos africanos na América era bem mais agradável do que no seu continente natal. Quer dizer, a conjuntura colonial e as suas necessidades pesavam na opinião dos filósofos agora citados<sup>23</sup>.

Com efeito, um e outro bispo advogam, na senda dos fisiócratas, a necessidade de desenvolver a agricultura. Do mesmo passo, estão convictos de que escravos vindos da África para a América poderiam resolver o problema da falta de braços. O franciscano Brandão, mais do

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> Pimentel, Maria do Rosário, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, 1965, p. 149 e seg.

que o beneditino Queirós, vê-os como gente de Deus e encarece as qualidades por ele observadas entre africanos. Afinal, são homens que importa ensinar, respeitar e de nenhum modo maltratar<sup>24</sup>.

Em contrapartida, o monge vai mais longe. Parece admitir a sua transformação em genuínos colonos fatores de riqueza dos territórios amazônicos da Coroa. D. Fr. João esclarece ainda que os cativeiros hão-de resultar de guerra justa e que a benevolência se impõe nas relações escravistas. Em comunhão, sem reservas, os antistites criticam os maus tratos a que são sujeitos.

E se o panorama, em geral, prima pelo negativismo, que também envolve os índios que Pombal libertará, a verdade é que em relação às duas etnias apontam-se exceções. Daí a admiração de D. Fr. Caetano por algumas aldeias predominantemente índias e a sua ternura relativamente às qualidades descobertas em comunidades de brancos e negros.

Reservas merece-lhe a arrogância bélica dos habitantes de Mazagão, brancos vindos da praça africana do mesmo nome, abandonada pela Coroa, com os quais viviam centenas de escravos, a cujas relações interraciais não alude, posto anote o teor metropolitano do seu viver.

O papel desempenhado pelos jesuítas divide, de forma radical, os dois prelados, nomeadamente no que toca a benefícios proporcionados a terceiros. D. Fr. João abunda nas críticas contundentes a propósito das suas acções e relações com índios e até escravos. Sopesando, na generalidade, a obra dos inacianos, em multiplicadas povoações onde a sua marca ficou, D. Fr. Caetano olha-os com respeito, sem se referir aos africanos.

<sup>24</sup> Brandão, *ibidem*, p. 21.

## APÊNDICE I

### D. Fr. João de São José (1711-1764)

«D. Frei João de São José: filho legitimo de Francisco Gonçalves Dias e de Joanna Dias de Queiroz nasceu na freguezia de S. Salvador de Bouças de Matozinhos comarca da Maya bispado do Porto aos 5 de Agosto de 1711 e foi baptizado a 12 do mesmo mez com o nome de João de Queiroz da Silveira. Seu tio e reverendissimo D. Joze da Gloria geral que era dos Conegos Regrantos de Santo Agostinho lhe alcançou o ingresso na illustre congregação beneditina, gujo habito vestio no mosteiro de Tibaens a 19 de Janeiro de 1729. Sendo mandado frequentar os estudos da filosofia e theologia, fez nelles vantajosos progressos, e sem embargo de contrahir pelo excesso da sua applicação grave queixa no peito; não deixou jamais de continuar, depois de findos seus collegios, em frequente leitura das sagradas escrituras, santos padres, e historia sagrada e profana com o que sahio veramente erudito, e mui hábil nos ministerios do confessional e pulpito, que frequentou com credito seu e do santo habito que professou. A sua litteratura, a amenidade da sua conversação, e a nobreza do seu carácter pessoal lhe grangearão a estimação de muitas pessoas doudas e illustres da Corte, como forão D. Nuno Alvares Pereira, filho do excelentissimo duque do Cadaval, o excelentissimo Paulo de Carvalho e Mendoça e seus irmaons Francisco Xavier de Mendoça, e Sebastião Joze de Carvalho e Mello, os doutissimos padres da casa da divina providência, os tres famosos irmãos Diogo, Ignacio e D. Joze Barbosa. O augusto monarca o senhor D. Joze I lhe fez a honra de o nomear bispo do Gram-Para, para onde partio depois de ser sagrado no mosteiro beneditino da cidade do Porto a 4 de Maio de 1760 pelo bispo de Mauri-Castro, com assistência do D. abbade geral que então era da Congregaçõ e do D. abbade do mesmo mosteiro; concorrendo toda a nobreza d'aquella cidade a este lustrozo acto. Antes da sua partida deste Reino, sagrou ele mesmo a igreja de Matozinhos sua patria. Vizitou com zelo apostólico o seu bispado, sem temer os inevitáveis incommodos de longas e penosas jornadas, e tendo estado nelle alguns poucos annos, teve o dissabor de ser chamado ao Reino por avizo da secretaria de Estado, e de ser consecutivamente mandado retirar para sessenta legoas distante da Corte. Escolheo então para seu retiro o mosteiro de S. João de Ermo de Arnoya, cuja abbadia havia recuzado em 1752 e passando ahi alguns mezes em habito de simples monge, frequentando com exemplar piedade os exercicios monasticos da comunidade, faleceo quase repentinamente

no fim da tarde de 14 de Agosto do mesmo anno de 1764 em cujo Fevereiro chegára àquelle mosteiro.

Compoz *Miscellanea Erudita* manuscrito em 11 quadernos de folio que contem huma coleção de contos, ditos agudos, anedoctas, poezias, reflexoens politicas. Existe na livraria de Tibaens.

*Collecção de Cartas familiares e negociaes que escrevera a diversas pessoas.* Manuscrito folio na mesma livraria.

*Representação ou Allegação juridica* para a restituição e reunião das mesas abbaciaes de paço de Souza e Pedrozo á Congregação de S. Bento. Manuscrito folio no Archivo da Secretaria da Congregação de Tibaens.

*Viagem de Lisboa para o Gram-Para e entrada que alifez.* Manuscrito em folio na livraria de Tibaens, e na do collegio da Estrela, escrito em 1761.

Descripção da Viagem que fez visitando o seu bispado em 1761<sup>25</sup>. - Manuscrito folio em Tibaens.»

[Este texto, consta do manuscrito *Catálogo dos Escritores beneditinos da Congregação de Portugal*, redigido por Fr. Francisco de S. Luís, o futuro cardeal Saraiva, que temos em publicação na Revista *Braceara Augusta*. Guarda-se entre os documentos da família do cardeal (Aquivo Caldeira Coelho). Ao transerevê-lo, desdobrámos as abreviaturas e uniformizamos o uso das maiusculas].

<sup>25</sup> Deve acrescentar-se que deixou outro manuscrito, de uma segunda visita pastoral, efectuada em 1762-1763. O texto foi enviado de Évora para o Brasil como oferta ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro do seu sócio correspondente, Cunha Rivara. A sua publicação appareceu na *Revista Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo IX, Rio de Janeiro 1847. Densas e de escrita escoreita, as suas páginas revelam anti-jesuitismo vesgo, aliado a vasta erudição, capacidade de observar e sentido crítico, mas não alcançam, a leveza e sugestividade dos textos dados à estampa por Camilo Castelo Branco, a propósito da viagem de 1761.

## APÊNDICE II

### D. Fr. Caetano Brandão (1740-1805)

D. Fr. Caetano Brandão, um dos grandes portugueses de sempre, nasceu a 11 de Outubro de 1740 em Loureiro, Oliveira de Azeméis, numa família abastada, filho de Tomé Pacheco da Cunha e Josefa Maria da Cruz. O pai veio a ser sargento-mór das Ordenanças. Estudou Cânones, Filosofia e Teologia em Coimbra<sup>26</sup>, cidade onde se bacharelou depois de decidir professar na Ordem Terceira da Penitência, em 1759. A sua formação entre os franciscanos sofreu o cunho da reforma pombalina dos estudos implementada entre os frades sob a égide de Fr. Manuel do Cenáculo cuja actividade pastoral, em Beja, também há-de influenciar D. Fr. Caetano Brandão. O futuro bispo identificou-se, por isso, com a filosofia moderna e a teologia positiva que decerto deu a conhecer aos seus discípulos nos colégios da Ordem.

Professor em Lisboa, Viana do Alentejo<sup>27</sup> e Évora, tornou-se notado pelo saber cuidado, pela capacidade de pregar, pela eficácia das suas orientações espirituais, aliadas a uma segura inclinação para a actividade missionária. Quis

<sup>26</sup> Acerca de Caetano António Brandão ou, como passa a chamar-se, CAETANO JOSÉ BRANDÃO, filho de Tomé Pacheco da Cunha, natural de S. João de Loureiro, Oliveira de Azeméis, sabemos-lo, através do Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, com matrículas:

em Instituta a L.X.1756 (liv. 74, foi. 321 v.) e

em Cânones a L.X.1757 (liv. 75, foi. 78 v.) e a

L.X. 1758 (liv. 76, foi. 73 v.).

Sob o nome de CAETANO DA ANUNCIAÇÃO, que usou em religião, vêmo-lo matriculado em

Teologia a L.X. 1763 (liv. 81, foi. 8);

a L.X. 1764 (liv. 82, foi. 8);

“ a L.X.1765 (liv. 83, foi.8);

“ a L.X. 1766 (liv. 84, foi.7);

“ a L.X. 1767 (liv. 85, foi.4);

a L.X. 1768 (liv. 86, foi. 5);

Exames consta que fez a 1.ª Tentativa a 19.I.1768 (liv. 102, fol. 11 v.), a 2.ª Tentativa a 17.III. 1768 (liv. 102, foi. 12), o 2.º Princípio a 6.VI. 1768 (liv. 102, foi. 28) e a Formatura em 29.XI. 1768 (liv. 103, foi. 9).

<sup>27</sup> Segundo o Conselho de Província da sua Ordem, em 5 de Agosto de 1770, Fr. Caetano Brandão foi designado para ensinar moral no convento de Viana do Alentejo. Cf. J. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d'Évora (1770-1814)*. Paris, 1978, p. 40.

passar às missões de África, mas a rainha D. Maria I preferiu enviá-lo para o bispado de Belém do Pará, onde grangeará reputação singular. Nomeado em 1782, foi confirmado pela Santa Sé e fez a viagem para Belém no ano seguinte.

Vivendo e trajando como um genuíno franciscano, D. Fr. Caetano reformou o Seminário do Pará, deu-lhe estatutos novos, aumentou o elenco das cadeiras, melhorou o seu apanágio patrimonial, fez crescer o número de alunos.

Instituiu também uma confraria de caridade e abriu subscrição pública para a edificação de um hospital, cuja construção seguiu até funcionar.

Graças a sucessivos peditórios, fundou um asilo para a educação de meninas pobres, deu-se com ênfase à causa dos desfavorecidos em geral, à evangelização da comunidade que pastoreava, à formação e reciclagem do clero.

A implementação dos seus projectos fez com que pregasse com frequência e dirigisse peditórios, confessos, crismas, conferências para seculares e regulares, mostrando-se aberto a orientar espiritualmente os que o procuravam ou aqueles que importava corrigir.

Em pessoa, aproximou-se dos seminaristas, dos pobres, dos enfermos. E fazia eco, junto da soberana, dos seus ministros e delegados, dos problemas dos diocesanos e da diocese, desde Belém, cidade capital do Pará, até aos mais remotos lugares do sertão. A todo o lado chegou o seu zelo evangelizador e o seu amor pelo povo de Deus, no qual jungia senhores e mestiços, índios e escravos. Ficaram então célebres as visitas que, apoiado pela rainha e pelas autoridades locais, realizou na bacia do Amazonas. O testemunho circunstanciado e manuscrito dos seus Diários foi redigido, quase sempre, nas noites de viagem.

Em tais deambulações, passou por lugares jamais tocados pelos bispos precedentes, nem pelos responsáveis temporais dos imensos territórios à sua guarda.

O seu desapego mundano, o seu alheamento face a honrarias e riquezas, o seu desinteresse pelo mundo em si, contrastado pela atenção à causa de Deus e à salvação dos homens fez dele um paradigma apostólico num século eclesiástico afeito ao vento dessecante das «luzes», à rotina e aos desatinos dos sacerdotes por função e não por vocação.

No curso da actividade apostólica memorada nos seus quatro Diários, Caetano Brandão andou milhares de quilómetros na bacia e território do Amazonas, em grandes e pequenas canoas, a pé, a cavalo, de rede quando doente, mês após mês, num desafio à fadiga, às pragas, às intempéries, à doença, iluminado pelo dever pastoral.

A primeira visita, teve lugar de 2 de Julho a 12 de Dezembro de 1785. O prelado pretendia chegar ao Rio Negro, mas interrompeu a viagem em Monte Alegre por causa das doenças que afligiram a comitiva.

A flotilha rumou da cidade de Belém do Pará para Barcarena e Beja, intemou-se na baía do Marajó e alcançou Breves, em demanda de Macapá, hoje capital do estado do Amapá. Daí desceu a Mazagão e prosseguiu até à foz do rio Jari, antes de tocar em Arraiolos e Esposende, na rota de Almeirim e de Monte Alegre, vilas ribeirinhas do Amazonas, que foram pontos extremos desta primeira visitação, cumprida ao longo de 5 meses e 10 dias, em terras que hoje pertencem aos estados do Pará e do Amapá.

A segunda visita ocorreu entre 14 de Outubro de 1786 e 18 de Dezembro desse ano. Durou dois meses e poucos dias, conforme previsto. Incidiu sobre a região a Norte do Pará e concluiu-se no baixo Tocantins e no Mojú, envolvendo uma permanência de quatro semanas na ilha de Marajó, onde D. Fr. Caetano foi a sítios por «bispo algum» inspeccionados.

De início, visitou alguns lugares no continente, nomeadamente, Benfica, Cintra, Vila Nova d'El-Rei, Odivelas. Consagrou uma semana a Vigia, passou por Porto Salvo e fez a pé uma légua em busca de Colares.

A 8 de Novembro, desembarcou na vila de Soure, em Marejo, ilha imensa, com 48.000 Km<sup>2</sup> de superfície. Daí irradia a cavalo para diversas fazendas e, a pé, até Mondim. De seguida, busca Salvaterra, cavalga até Monforte e aporta a Monsaraz e Condeixa. Passou também por outras estâncias eclesiásticas e percorreu o rio Arari até à zona da Cachoeira. Em busca de propriedades laicas e eclesiásticas onde era esperado, devassou a ilha. Numa dessas incursões, por estar indisposto, viaja de rede, mas não deixa de encomiar «as bellezas» da paisagem, que lhe fazem lembrar o Alentejo. Terminou a estadia em Ponte de Pedra. A 5 de Dezembro, zarpa rumo a sul. Permanece uma semana em Cameté, no baixo Tocantins, antes de escalar algumas fazendas e igrejas da região do Mojú, já próximas de Belém.

Durante a terceira visita, está fora menos de dois meses. Sai a 18 de Outubro de 1787, apontando às povoações do Continente entre Belém e o Maranhão. Sulca o Guajará, toca em duas fazendas e 6 dias mais tarde aproa a Bragança ou Caieté, onde verifica que nessa época do ano é desaconselhável navegar até Gurupi, como desejava.

Dedica alguns dias a essa vila, a Ourém, e a S. Miguel da Cachoeira, no rio Guamá. Celebra em diversas capelas particulares, e dirige-se a Irituia numa pequena canoa. De volta a S. Miguel, visita a paróquia de S. Domingos, entre

os rios Guamá e Capim. Por este curso fluvial navega para as freguesias de S. Bento e Santa Ana e volta a S. Domingos para concluir as suas deambulações na zona do Bujarió. Em trânsito para a sede episcopal, reza em vários oratorios privados.

Da quarta visita resultou um percurso de mais de 7.000 Km, conseguido em sete meses menos um dia, de 9 de Agosto de 1788 a 8 de Março de 1789. Pontos extremos desta peregrinação foram Alvarães no rio Solimões, Tomar e Lamalonga no rio Negro, Borba no rio Madeira, e Alvelos no rio Coary, hoje urbe do Estado do Amazonas. No actual estado do Pará, penetrou ainda os rios Tapajós até Boim e o Xingú até Sousel. O roteiro de Belém para o Solimões compreendeu, entre outros povoados paraenses, Oeiras, Gurupá, Santarém, Óbidos, Serpa e bem assim Borba, no Madeira. Uma vez no troço do Amazonas a que chamam rio Solimões, foi a Alvelos (no Coary), Ega, Nogueira e Alvarães. Desceu, outra vez, à foz do rio Negro, fazendo, no espaço de cerca de 3 dias e 4 noites, o que levava 21 dias, de «muita fadiga e trabalho», a vencer. Pelo rio Negro, subiu por Airão, Moura, Carvoeiro, Barcelos (sede da capitania do Rio Negro), Moreira até Tomar e Lamalonga. No regresso, despede-se de Barcelos e do seu labor espiritual beneficiaram Poiares, Moura, Airão, a fortaleza da Barra do mesmo rio, Serpa, Silves, Faro, Óbidos, Alenquer e Santarém. No Tapajós, fez-se ouvir em Vila Franca, Boim, Alter do Chão. Queda-se, depois, em Monte Alegre (onde fora compelido a interromper a primeira visitação), e em Outeiro, Almeirim e Arraiolos. No rio Xingú, pastoreia Veiros, Sousel e Pombal. Finalmente, em trânsito para Belém, missiona Porto de Mós, Vilarinho do Monte, Carzedo, Gurupá, Melgaço, Portei, Breves do Marajó, Limoeiro e Cametá. Na foz do Mojú, vai a Abaité, Santa Ana do Igarapémerim e Espírito Santo.

Regra geral, o bispo desloca-se numa flotilha de canoas, acompanhado por pequena comitiva. Muitos trajectos são feitos de noite, escutando a cantilena dos índios remeiros, cujo esforço penosíssimo admira e cujo atempado pagamento assegurou.

Com realismo tinto de medo, descreve as omnímodas vicissitudes da navegação fluvial, a fúria dos elementos naturais, o incómodo das pragas, os ardores do clima.

Da fisionomia das embarcações pouco diz. Eram com certeza semelhantes às de D. Fr. João de S. José Queirós, seu predecessor na mitra do Pará. Em 1761, a frota desse aristocrático prelado integrava três grandes canoas - a prelatícia, a dos familiares e a da cozinha-dispensa - e uma canoa menor «para se antecipar, ligeira, com os avisos necessários». As primeiras, com cerca de

120 palmos de comprimento e 14 de boca, assemelhevam-se aos iates do continente europeu. Completamente cobertas, dispunham de câmaras decentes, onde se penduravam, com comodidade, as redes. No aposento principal havia «cama e tamboretas», informa o bispo Queirós. Da nave de Fr. Caetano, sabemos que era grande e pouco governável, na primeira viagem.

A expedição contava então 50 pessoas, número aparentemente elevado, mas que não o era, pois compreendia dois sacerdotes, dois familiares, os criados indispensáveis, ou seja, o círculo do prelado, os índios tripulantes, e alguns soldados, a quem incumbia defender a frota de um eventual ataque do gentio. Para se ter uma ideia da exiguidade do séquito propriamente dito, lembre-se que D. Fr. João Queirós viajou acompanhado do mestre de cerimónias, do escrivão, do meirinho, do cirurgião, do criado e do barbeiro, entre outros.

Na longa peregrinação final, pareceu necessário recompor a fisionomia da comitiva. Com o bispo seguiu, como habitualmente, o cônego secretário Manuel Ramos de Sá, outro sacerdote para ajudar nas confissões, um familiar, um cirurgião e o mordomo, além dos remeiros e três soldados que dirigiam as embarcações como cabos, num total de 70. Quer dizer, o grupo respondia melhor às conveniências verificadas nos giros precedentes, durante as quais jamais sofrera qualquer ataque por parte dos índios, abundando, todavia, a doença, os incómodos e a extensão da labuta pastoral.

Em ocasiões várias, as moléstias afectaram, com dureza, a expedição. Grave foi o estado do prelado e de muitos dos seus. Por exemplo, o criado mulato António e dois índios morreram, o padre Francisco José de Moraes esteve em perigo na primeira visita. Os estragos foram tais que, depois de interrompida a expedição, a família episcopal ficou cerca de dois meses em Cameté a recuperar e a evangelizar esse agregado, com 6.000 habitantes. Aqui, só 15 dias passados começou o bispo a sentir algum alívio. E, no curso da viagem, houve que recorrer à prática curandeira de um sacerdote e de um leigo. Demais, no Tapajós, coube ao padre Ramos de Sá visitar Pinhel, pois o prelado carecia de forças para o fazer. Durante a estadia em Marajó, D. Fr. Caetano adoeceu e se quis ver a fazenda do hospital dos pobres, viu-se obrigado a utilizar uma rede, já o dissemos, enquanto os demais seguiam a cavalo. Curiosamente, no terminus da quarta visita, imensa e trabalhosíssima, entrou em Belém «mais são e vigoroso do que tinha saído», são palavras suas<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Este Apêndice, com diferente ordem e ligeiras alterações do texto, segue algumas das páginas

Fr. Caetano impressionou de tal sorte a rainha, informada pelo secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, que foi apresentado arcebispo de Braga e primaz das Espanhas à morte de D. Gaspar de Bragança, em 1789.

Ao transferir-se de Belém do Pará para Braga, cuja mitra acabava de pertencer a dois príncipes de sangue real, D. José (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1758-1789), e antes fora quase sempre de aristocráticos doutores, D. Fr. Caetano continuou fiel ao seu estilo e aos seus propósitos de pobreza e extremado afã evangelizador, começando por dispensar honrarias de uso tributadas aos prelados bracarenses quando da sua entrada na diocese. E se a outorga do arcebispado a alguém só distinto pelos méritos pastorais, mas «ordinário» pelos estudos e condição, causou escândalo nas élites bracarenses, estranheza provocou o séquito de «esposado de aldeia» que o acompanhou e a circunstância, esta pela positiva, de logo em Famalicão e depois na Sé Primaz dirigir uma prédica aos fiéis. Há séculos que os povos não ouviam os seus prelados, diz um contemporâneo.

Uma vez instalado em Braga (1790), varreu o fausto pação e a «familiarquia» - o vocábulo é do tempo - que cercava D. Gaspar, visitou, sem olhar a graduações hierárquicas, altos clérigos e obscuros seminaristas, nobres e doentes. Trouxe para junto de si os deserdados e as crianças carecidas de educação. Continuou a trajar como frade, deu-se intensamente à caridade. Quando das suas frequentes visitas à diocese, hospedou-se em conventos e paróquias, viveu com religiosos e abades rurais, quis pagar as suas despesas e as do seu séquito.

A chegada de D. Fr. Caetano Brandão a Braga coincidiu com o fim do poder temporal dos arcebispos e de outras prerrogativas caras aos bracarenses, daí resultando o fecho da labuta civil do Tribunal da Relação de Braga. Ora, a par da queda de prestígio judicial, a par das perdas que tal circunstância trouxe ao mundo forense e aos seus utentes, da cidade desapareceu, na mesma altura, a actividade mercantil e artesanal alimentada pelo fausto cortesão, pelo desgoverno do paço, pelo gosto das festividades apanágio da época de D. Gaspar. Por outro lado, os cónegos e os próximos do arcebispo defunto, que antes viviam a seu bei prazer, encontraram pela frente alguém que não pretendia o poder temporal, nem tolerava faltas e manobras lesivas da ética; alguém que tudo sacrificava à prática da caridade e das causas apostólicas; afinal, um bispo que, tal como no Brasil, decidia e agia segundo o mérito eclesial, desprezando os critérios do mundo.

da “Introdução” ao volume citado, de D. Fr. Caetano Brandão, *Diários das Visitas Pastorais no Pará*, que preparamos e editamos.

Por isso mesmo, ao contrário do que sucedeu no Pará, onde impressionou pelo espírito e pelas obras, em Braga o arcebispo não vê lágrimas nem escuta «gritos» de admiração e estima quando sai em visita pastoral à província, onde foi treze vezes, no espaço de 15 anos, desde o Minho aTrás-os-Montes, viajando muitas vezes a pé, com dois acompanhantes e uma muda com as vestes episcopais e outros pertences.

Na cidade, arranjou, isso sim, inimigos permanentes nos sectores do foro prejudicados pela extinção da Relação cível, na nobreza arredada das funções palatinas, entre os cônegos antes livres e poderosos, entre os mercadores envolvidos em iniciativas arquiépiscopais lucrativas, entre os bracarenses ciosos dos privilégios diocesanos que acicavam os povos macerados pela carestia. Grupos influentes deploraram que o prelado não defendesse o Senhorio da mitra, puseram em causa as suas iniciativas a favor da agricultura, da indústria e da medicina, esqueceram a sua obra em prol dos desfavorecidos e do ensino, desmereceram a simplicidade, a devoção e o apostolado de D. Fr. Caetano, desde a Amazónia singularizado, eximindo-se a ver nele um digno sucessor de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires ou de quantos arcebispos tinham exalçado a dignidade da mitra primaz através das idades.

As simpatias e os apoios de que dispôs no Pará não encontraram paralelo na Corte após a subida ao poder do príncipe D. João e muito menos em Braga. Aqui julgava-se que a influência do arcebispo em Lisboa era pouca e espantou que lograsse a nomeação para chantre do seu directo colaborador e companheiro de toda viagem na Amazónia, cônego Manuel Ramos de Sá, transferido do cabido de Belém para o bracarense, onde este missionário de excepção foi respeitado, mas obscuro. Dizia-se que D. Caetano estava excomungado por ter aceite a extinção do senhorio. Acerca das visitas no Minho e Trás-os-Montes murmurou-se que elas emperravam a burocracia arquiocesana, pois o prelado despachava pessoalmente algures na província, isto apesar de correios rápidos ligarem com frequência a cúria em viagem à sede urbana.

Os de Braga não lhe perdoaram a condição modesta, o trato simples, a perda do Senhorio, a clausura da Relação, na versão civil que não eclesiástica, o termo dos dias felizes protagonizados por D. Gaspar, agravados, ao virar do século, pela miséria e pela fome. Só à morte do grande prelado (1805), se renderam à evidência gerada no Brasil e na arquidiocese primaz de tantos modos enobrecida pela santidade, posto que diminuída pelo seu desmazelo municipal.

Por isso, ao contrário dos bragueses, em vida do arcebispo reticentes ou adversos, os meios ilustrados do país e as gentes do Norte confiadas à sua guarda

prezaram as suas visitas e a sua eloquência, as suas iniciativas e o seu trato, as suas virtudes e as suas obras<sup>29</sup>.

Uma testemunha insuspeita, atreita à crítica clerical que a sua experiência de ex-sacerdote alimentou, José Liberato Freire de Carvalho, em função dos contactos que quando jovem crúzio teve com o arcebispo, di-lo «o homem mais respeitável que tenho conhecido» e sobretudo «um verdadeiro apóstolo». Parlamentar e jornalista relevante, confessa «que nunca ouvira no púlpito homem... mais eloquente e de mais nobre presença». Amiúde cáustico em relação ao clero, Camilo Castelo Branco não hesita em apodá-lo «o mais glorioso vulto des cristandades lusitanas». Encómios grandes abundam, de resto, na historiografia portuguesa em relação ao autor dos *Diários* por causa da obra realizada em Braga e não menos em virtude dos seus trabalhos pastorais no Brasil, entre os quais avultam as suas visitas em terras do Pará.

<sup>29</sup> Cf. Ignacio José Peixoto, *Memórias Particulares*, Braga, 1991. Este texto serve de base às observações que produzimos, nas respectivas “Introdução” e aqui sobre D. Fr. Caetano Brandão, arcebispo de Braga.